

Sr. Presidente, quero ceder meu tempo ao nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nobre deputado Campos Machado, eu cheguei nesta Casa no dia 15 de março de 2015.

É meu primeiro mandato, a primeira eleição que disputei, eleito com mais de 95 mil votos. Tentei ter um comportamento nesta Casa - e sempre quise este comportamento - de jamais ser leviano.

Quando alguém quer fazer qualquer debate comigo, pode fazer, porque não há problema, mas jamais sou leviano. Nobre deputado Campos Machado, eu não sou leviano, e não acredito que V. Exa. seja. Cuidado para não cair na lama da leviandade.

Vossa Excelência disse aqui, quando falou com o nobre deputado Barros Munhoz, que isso era perigoso. Portanto, jamais serei leviano. Nesta Casa, nobre deputado Campos Machado, V. Exa. não é da base aliada. Vossa Excelência é mais do que da base aliada. Vossa Excelência é o homem número um do governo e é amigo dele. Não têm problema, faz parte.

Vossa Excelência fez exatamente aquilo que eu tenho cobrado dos deputados da base aliada. No primeiro dia em que V. Exa. subiu aqui para falar, V. Exa. disse que era contra a CPI.

Vossa Excelência falou isso na semana passada e falou isso hoje. Estou cobrando da base aliada do governo, porque não há problema em não assinar a CPI, mas subam aqui, como o nobre deputado Campos Machado fez, e digam que são contra a CPI, exponham seus argumentos.

Eu citei o Sr. Presidente, nobre deputado Fernando Capez, mas V. Exa. não observou a minha fala. Eu disse “não estou aqui fazendo juízo de valores”. O problema é que a Casa ficou parada desde o dia primeiro de fevereiro, quando retornamos do recesso, até a semana passada, quando conseguimos discutir um projeto. Nesta semana conseguimos discutir em dois dias a Ordem do Dia.

O que estou cobrando é isso, agilidade. Estamos cobrando, queremos a apuração. Eu coloquei que pode ter havido realmente vazamento de informação, porque é muito suspeito o Sr. Luiz Moita ter sido demitido no dia 18 e a operação da Polícia Civil ter sido deflagrada no dia 19.

Eu sou defensor de uma imprensa livre e imparcial. Eu sei que V. Exa. não é defensor dessa imprensa que está aí. Vossa Excelência pode ser vítima dela a qualquer momento. O nobre deputado Barros Munhoz já foi vítima dela. Eu já fui vítima dela. Nós somos vítimas dessa imprensa que está aí.

Estou falando sobre a desproporção com que a imprensa trata um fato ligado ao PT e outro fato ligado ao PSDB. É disso que estou tratando. É dessa maneira que a imprensa trabalha.

Quanto aos nomes que eu mencionei aqui, não sou que estou citando, é a imprensa. Não sou eu, deputado Campos Machado.

Em 20 de fevereiro: “MP investiga chefe da Casa Civil de SP por compra de imóvel de luxo. Ele teria pagado a dono de construtora valor abaixo do preço de mercado. Atualmente, a empresa tem contratos milionários com o Governo do Estado”. Não sou eu que estou dizendo, é a imprensa.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Quem é essa pessoa, nobre deputado?

O SR. TEONILIO BARBA - PT - É o chefe... O Ministério Público está investigando. “O Ministério Público do Estado vai investigar o chefe da Casa Civil do governador Geraldo Alckmin, o deputado federal licenciado Edson Aparecido, conforme informou o SPTV 2.” É importante frisar que a matéria esconde que o deputado Edson Aparecido é do PSDB. Quando é alguém do PT, tem sobrenome: Barba do PT. Quando é do PSDB, eles escondem, não falam de qual partido é.

Denúncia publicada sexta-feira, dia 26, pelo portal UOL aponta que “Edson Aparecido comprou um apartamento de luxo por um valor abaixo do preço de mercado. O imóvel era de um empreiteiro que tem contratos com o Estado. O apartamento fica em uma área que tem um dos metros quadrados mais caros de São Paulo, bem perto do Parque do Ibirapuera. O chefe da Casa Civil do Palácio dos Bandeirantes e deputado federal licenciado pelo PSDB, Edson Aparecido, mora no 16º andar.” Aqui é o UOL falando. O UOL fala que é do PSDB, a Globo não fala.

“A escritura do imóvel mostra que o apartamento de 365 metros quadrados de área privativa, com cinco vagas de garagem, custou a Edson Aparecido R\$ 620 mil, em março de 2007. A compra não teria chamado a atenção não fosse pelo fato de Aparecido ter pago um terço do valor que um apartamento do tipo valeria na mesma época - cerca de R\$ 2 milhões. Hoje, no mesmo prédio, imóveis com as mesmas características estão à venda por até R\$ 9 milhões. Outro ponto que chamou atenção no negócio foi o fato de Edson Aparecido ter comprado o imóvel de Luiz Albert Kamilos, dono da construtora Kamilos, que tem contratos milionários com o Governo do Estado. De acordo com o Portal da Transparência do próprio governo, desde 2014, a Kamilos já recebeu mais de 45 milhões de reais.” Vou parar por aqui, pois quero comentar e debater.

O que estou dizendo é o seguinte: nós queremos que a Casa não pare por conta dos fatos em que ela foi citada. Eu respeito o presidente da Casa, Fernando Capez. Acho que ninguém pode ser condenado antes de ser condenado pela Justiça. Não sou daqueles que deixam que a imprensa saia condenando as pessoas de acordo com seus interesses. Ela condena um e isenta o outro. É exatamente isso que estou falando, deputado Campos Machado. Se fosse o Barba do PT, isso aqui estaria um inferno, a imprensa estaria aqui durante o dia inteiro. O Barba do PT tem sobrenome, ele é do PT. Como não é o Barba do PT, mas o presidente Fernando Capez, a imprensa trata de outra maneira. Da mesma forma, ela vai tratar os casos do Edson Aparecido, do Fernando Pádua, do Luiz Moita e do Herman de uma forma diferente daquela com que trata o PT. É isso que estou dizendo. Essa imprensa é parcial, deputado, ela tem lado e o lado dela é aquele que interessa a eles.

Não tenho problemas com o fato de a base aliada - PSDB, PPS, PSB, PTB ou qualquer outro partido - não assinar o pedido de CPI. Estou pedindo apenas que subam na tribuna e fundamentem, digam por que são contra. O deputado Barros Munhoz, no dia 1º de fevereiro, quando havia uma plateia ocupando as galerias, foi solidário ao presidente Fernando Capez e disse que iria lutar para não instalar a CPI. Eu estava assistindo do meu gabinete. O deputado Barros Munhoz é capaz de vir aqui e fundamentar isso.

Estou acostumado ao debate político, deputado Campos Machado, mas jamais chamarei alguém de leviano e jamais vou permitir ser chamado de leviano porque não usei de leviandade com ninguém. Em momento algum assomei à tribuna e disse que o deputado Fernando Capez é culpado de alguma coisa, pois trato o presidente desta Casa com respeito. Não só ao presidente, mas a todos os deputados e as deputadas.

Mas vou fazer enfrentamento com o PSDB. No ano passado, o PSDB teve um líder chamado Carlos Sampaio, que entrou com pedido de extinção, de cassação de registro do PT, deputado Campos Machado. No caso da disputa política, fazemos democracia com estrutura partidária. Eu defendo todos os partidos partindo do princípio de que não existe democracia sem partidos. Na sociedade temos uma composição de força que se divide em empresários, em posições de direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda. E os partidos representam exatamente esses interesses: bancadas evangélicas, católicas ou protestantes. Eles defendem os seus interesses.

O PSDB e o DEM são inimigos políticos e adversários políticos porque entendem que sou inimigo do povo. Eles são amigos de empresários, dos banqueiros. E não há problema representar isso, faz parte. Os empresários também têm de ter os seus representantes, e os banqueiros também. Faz parte da democracia do País. O PPS é também meu inimigo político e adversário político porque tenho a honra de pertencer ao Partido dos Trabalhadores. E vou defender o meu partido em todo lugar.

Jamais permitirei ataque leviano, mas enfrentamento político e debate político fazem parte da democracia, da disputa de ideias. Estou chamando atenção para isso, e aqui cabe a nós, da bancada de oposição, do Partido dos Trabalhadores, do PSOL, seja quem quer for, fazer esse enfrentamento e debate político.

Se juntarmos todos os deputados desta Casa, veremos que são todos contra o aumento de imposto, em Brasília, e não em São Paulo. No ano passado, com a bancada do Partido dos Trabalhadores contra, PSOL e PCdoB também, fizemos debate sobre o aumento de ICMS. A bancada da base aliada ficou lá quieta, e, quando assomou tribuna foi para, no máximo, defender o aumento de imposto. É contra o aumento em Brasília porque lá o governo é do PT, mas em São Paulo é a favor do aumento.

Deputado Campos Machado, V. Exa. foi também vítima recentemente em Brasília, quando Arnaldo Faria de Sá foi tirado do Conselho de Ética porque votou a favor da possibilidade de investigar o presidente daquela Casa, na primeira votação. Estranhamente foi trocado, e é do seu partido. Tenho certeza de que não teve a sua mão, mas sim a de alguém para trocar.

O jogo político é danado. Quem estiver a favor que exponha, e o mesmo para quem estiver contra. Deputados Campos Machado, Barros Munhoz, Cauê Macris, eu sempre estarei nesta tribuna com a mesma postura. Desde o dia 15 de março até agora jamais alguém me viu ofender uma companheira, uma nobre deputada. Aliás, temos poucas deputadas nesta Casa. A luta das mulheres para participar da política, desde 1930, é uma luta muito grande. Digo isso em nome de todas as deputadas: jamais dirigi uma ofensa pessoal, seja ética ou moral, a qualquer companheiro do deputado desta Casa. Meu comportamento sempre foi esse e sempre vai ser esse.

O enfrentamento político faz parte. A democracia permite isso. A minoria tem que esperar, tem que subir na tribuna, tem que gritar. A maioria vai lá e vota a favor. Às vezes votam até sem debater para não se desgastar, mas eu, enquanto puder, vou gritar nesta Casa. Não vou morrer calado igual a sapo embaixo de pé de boi.

Já houve um instrumento que tentou nos calar neste País, que foi a ditadura militar. Espero que não tenha nesta Casa nenhum Bolsonaro da vida. Acredito que não há machista, fascista, racista ou direitoso. Espero que não tenhamos isso nesta Casa. Espero que não tenhamos nesta Casa pessoas com resquícios da ditadura militar. Nós sabemos o que nós passamos. O deputado Campos Machado sabe disso. Em qualquer encontro de cinco pessoas, se alguém tivesse marcado e demorasse cinco minutos para chegar, tinha que desmanchar o encontro. Os outros quatro iam embora e o que foi pego tinha que resistir à tortura por 48 horas, para depois de 48 horas entregar 20% do que sabia.

Espero que nesta Casa tenhamos sempre esse comportamento. Jamais serei leviano. Não sei se V. Exa. falou sem querer, mas V. Exa. fez uma referência para não cairmos na leviandade. Entendi que fui atingido diretamente. Somos amigos, felizmente, e o debate será sempre democrático.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Tem a palavra o nobre deputado Cauê Macris.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de ceder o meu tempo ao nobre deputado Campos Machado.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, inicialmente agradeço ao grande líder do Governo, deputado Cauê Macris, que neste momento me cede seu tempo.

Preciso encontrar então um adjetivo que não seja ofensivo ao meu amigo, o nobre deputado Teonílio Barba. Injusto? Quem sabe. O deputado Barba acabou de ler uma longa matéria de jornal que se refere ao imóvel adquirido pelo secretário Edson Aparecido há oito anos e aprovado pela Receita Federal. A matéria foi lida em minúcias. Como a imprensa pode ser parcial se descreve o imóvel metro a metro, centímetro a centímetro?

Vossa Excelência foi injusto, profundamente injusto. Ao ler essa matéria do jornal, na pior das hipóteses, V. Exa. plantou nas pessoas que estão assistindo a esta sessão a dúvida em relação ao secretário Edson Aparecido. A dúvida é cruel, é sanguinária. Ela machuca, ela corrói nossa alma e o nosso coração.

Uma mentira repetida dez vezes vira verdade. Por que eu nunca trouxe fatos referentes ao Lula e à presidente Dilma? Usando outro adjetivo, não quero ser injusto. Vossa Excelência fez questão de ler números de uma acusação destituída de provas, de indícios. Vossa Excelência agiu como se fosse um promotor público. Se eu chegar aqui e ler qualquer matéria de jornal contra qualquer deputado eu trago a sombra da dúvida, as nuvens da dúvida. Isso é pior do que um fato definitivo.

Eu estava dizendo, nobre deputado Welson Gasparini, que a dúvida corrói a alma de uma pessoa. Ela fica imaginando como vai ser vista na sociedade depois de tanta injustiça, e o povo não perdoa. E sempre o pré-julgamento popular é contrário aos políticos. Eles partem da presunção de que a verdade é aquilo que é mentira. Tenho muito receio em fazer qualquer alegação referente a um fato apontado como crime.

Vossa Excelência também foi injusto ao dizer que a mídia deu pouca atenção ao caso do presidente. Nunca um caso foi tão noticiado como o do presidente. A mentira abalou a sua família, abalou a sua esposa, as suas filhinhas; abalou a sua mãe, que tinha acabado de sofrer uma cirurgia cardíaca. Abalou o alicerce da sua casa. Um fato que nasceu do ouvi dizer, que não tem depoimentos afirmativos. Ah, um assessor... Quem é que não tem assessor nesta Casa? Que político não tem assessor? Como posso eu responder pela ação de um assessor, deputado? Como pode um prefeito, de uma cidade como Ribeirão Preto, por exemplo, responder por atos de contínuos de fiscais? Como? A responsabilidade penal é única, é individual. Deputado, o presidente da Casa foi massacrado, e o que está lhe salvando é a certeza da sua inocência, essa força interior.

E se nós não trabalhamos aqui, como deveríamos trabalhar em fevereiro, não é culpa do presidente. Nós nos silenciamos, é culpa do coletivo. Eu quero demonstrar aqui, de maneira pública, a minha certeza mais que absoluta de que estou me referindo a um homem honesto, às vezes um tanto quanto ingênuo, mas profundamente honesto, que é o presidente da Casa. E vejo contrastado V. Exa. que leu aqui a matéria do deputado Edson Aparecido, como se já tivesse sido condenado. Desculpe-me, deputado Barba, para quem está ouvindo e lê essa descrição do imóvel numa região nobre, que foi negociado com uma empreiteira, por acaso ninguém viu o imposto de renda dele, não? Se a Receita Federal o aprovou? É contra isso, deputado, que me coloco aqui. Da mesma maneira que me coloco contra o deputado Carlão Sampaio. Que direito tem o deputado Carlão Sampaio, do PSDB, de propor extinção do PT? Qual é a razão jurídica, qual o alicerce jurídico do deputado Carlão Sampaio para requerer uma bestialidade dessa? Qual? Nenhum argumento. Como dizem alguns, enfrentamento político. Não é. Um ato desse é agressivo, fere a democracia. Posso não concordar com o Partido dos Trabalhadores, mas vou defender até o último instante o direito de eles existirem. Não importa se eu

goste ou não da presidente. Isso não importa. Importa que eles ganharam a eleição.

Querem tirar a Dilma de lá? Tirem em 2018. Por que agora? Desde que ela venceu a eleição, e nós apoiamos o Aécio Neves, é que vem um recurso atrás do outro. Sou contra isso, como sou contra o deputado Carlão Sampaio ter apresentado uma estupidez dessa. Desculpe-me, deputado Barba, o seu pronunciamento hoje pode ter ferido de morte uma família. Vossa Excelência falou em honra. O que é honra, minha gente? Vamos definir mais ou menos o que é honra. Vamos pegar uma folha de sulfite branco e vamos cortá-la em dezenas de pedacinhos. Aí subimos no topo de um prédio, no mais alto prédio de São Paulo, e esperamos vir o vento. Conforme as rajadas do vento, nós jogamos os papezinhos fora. Aí descemos correndo para recompor a folha. Não, ninguém consegue recompor a folha, assim como ninguém consegue recompor a honra.

A leitura dessa matéria de hoje nunca deveria ter sido feita no plenário desta Casa. O secretário Edson Aparecido foi deputado, foi líder de bancada e sempre teve comportamento exemplar. “Mas, Campos, você é do PTB”. Sim, sou do PTB, mas conheço o trabalho do Edson Aparecido, sei da sua seriedade, da sua simplicidade. Acabava de me dizer um deputado do PT que o melhor secretário do Governo é o Edson Aparecido. Acabei de ouvir do deputado João Paulo Rillo, que é um homem que fala aquilo que pensa, não esconde o que sente.

Hoje nós estamos assistindo a um desmonte de seu esqueleto moral. Não dá para assistir passivamente a isso, deputado Gasparini. Não dá para assistir. Queria pedir ao deputado Barba, que falou tanto que eu posso ter... Eu jamais ia denegrir sua imagem, ofendê-lo. Posso até procurar outro adjetivo, deputado Barros Munhoz, que sintetize aquilo que eu estava dizendo, que não seja a palavra “leviandade”.

Não fui feliz ao ler a matéria e dizer que a mídia está sendo injusta em relação ao presidente e ao PT. Não há um jornal neste Estado que não tenha falado do presidente. Dias e dias, noites e noites. É “Jornal Nacional”, é “Bandeirantes”, todos. O que não sabemos, deputado Turco, é chegar a casa e ver as nossas filhas com lágrimas nos olhos. Deixando de lado a questão horária da deputada Beth Sáhão, eu estava aqui dizendo que, quando chegamos a casa e vemos as filhas em lágrimas, sem saber por que, um pai se sente comovido. Não é uma hora e meia que vai resolver essa questão.

O secretário Edson Aparecido merece, até provem o contrário, até sentença condenatória transitada em julgado, a dúvida, merece o nosso respeito e merece o nosso apoio. Deputado Cauê Macris, V. Exa. disse bem, eu não sou da base aliada. É que eu fui pego de surpresa. O deputado Barros Munhoz era líder do Governo. Ele saiu e entrou o Cauê Macris, e eu fico na mesma. Tenho que atender os dois, não meus amigos. O governador é meu amigo e meu irmão. Não tenho afetividade pelo PSDB, nenhuma. PSDB não recolhe feridos. Digo isso tranquilo e sereno, mas tenho grandes amigos no PSDB. Como vou dizer não ao deputado Cauê Macris, líder do Governo? Eu peço verificação de votação, não tem número e ele fala comigo que tenho que voltar atrás. E o mesmo aconteceu, anos e anos, com o deputado Barros Munhoz, na base da afetividade. Defendo sim o governador Geraldo Alckmin e o seu Governo até o último minuto, porque ele é meu amigo e eu tenho obrigação moral de defendê-lo.

Quanto à CPI, V. Exa. foi infeliz. Nunca escondi a minha posição. Não concordo com a sua, mas é aquilo que eu defendo. Se eu não tivesse falado hoje...

Quanto os Srs. Deputados terminarem com essa matemática, aí eu poderei continuar este meu simples pronunciamento. Sabe, deputado Barros Munhoz, de vez em quando é bom. Uma hora e meia para lá, uma hora e meia para cá e eu, no meio desses números, fico perguntando: o que é mesmo que eu estava falando?

Estava defendendo o Geraldo Alckmin, meu governador. Estava sim, porque acho que ele é um homem honesto, correto, sério, honrado, que vive momentos que nenhum homem gostaria de viver. Vou sair daqui agora, vou sim, não tenho nenhum problema em dizer aonde vou: vou à missa na igreja Nossa Senhora do Brasil pelo aniversário da morte de Thomaz Rodrigues Alckmin. Meu amigo, trabalhava como, e filho do governador Geraldo Alckmin. Estou saindo daqui para ir à missa. E tenho muito orgulho de dizer que o filho dele, enquanto outros jovens são grandes empresários, tinha a carteira profissional assinada como empregado, piloto de helicóptero, com horário estipulado. Em dois anos trabalhando com ele, nunca me disse que era filho do governador. Como você se chama? Thomaz Rodrigues.

Eu tenho respeito. E tanto tenho que o PTB instituiu a medalha Thomaz Rodrigues Alckmin, que vai ser entregue em maio a quatro jovens eleitos por um júri formado por pessoas gabaritadas. Se ele não quisesse, eu colocaria só Thomaz Rodrigues. Estou homenageando um moço de valor, simples e profundamente humilde, que nunca se vangloriou de ter o pai como governador.

É para lá que eu vou: na missa do falecimento do meu amigo e, coincidentemente, filho do governador Geraldo Alckmin.

A SR. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por três minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pela nobre deputada Beth Sáhão e suspende a sessão.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 18 horas e 17 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 18 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de ratificar as palavras do deputado Campos Machado em relação à postura e história de vida do secretário Edson Aparecido. Nós sempre tivemos o reconhecimento da sua honra, da sua atuação e da sua militância política em relação a tudo que tem sido colocado à sua pessoa.

Inclusive, o secretário é o maior interessado em esclarecer ponto por ponto de ações que estão devidamente declaradas em seu imposto de renda em relação aos imóveis que foram adquiridos de uma maneira conforme a lei prevê.

O secretário ligou para o líder do PT, deputado Geraldo Cruz, dizendo que ele se colocaria inteiramente à disposição, inclusive para ir a uma reunião da bancada, para prestar todos os esclarecimentos que possam ser devidos em relação a ponto por ponto. O deputado Geraldo Cruz foi o primeiro que colocou ao secretário reconhecendo a sua história de vida e a sua atuação.

Quero deixar o registro que o secretário Edson ligou para o líder do PT, deputado Geraldo Cruz, e se colocou à disposição para prestar qualquer esclarecimento sobre dúvidas que possam existir a respeito das ações tomadas por ele. Faça apenas esse registro.

Sr. Presidente, para comunicar que as lideranças, com anuência do deputado Campos Machado, fizeram acordo dando por discutido este projeto por quatro horas restando para a semana que vem duas horas para continuidade do debate deste importante projeto de lei.

Assim, havendo acordo entre as lideranças solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, a Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os seguintes projetos vetados:

- PLC 59/15;
- PL 80/09;
- PLs 71, 405 e 820/13;
- PLs 159, 962, 1333/14;
- PLs 416, 490, 511, 780, 888, 891, 912, 940, 1050, 1138, 1158, 1160, 1236, 1322, 1343, 1382, 1472/15.

Havendo acordo entre as lideranças a Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje e os aditamentos ora anunciados, lembrando ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 22 minutos.

2 DE MARÇO DE 2016 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: GILENO GOMES

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - GILENO GOMES Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JOÃO PAULO RILLO Solicita a suspensão da sessão por três minutos, por acordo de lideranças.
3 - PRESIDENTE GILENO GOMES Defere o pedido e suspende a sessão às 19h06min, reabrindo - a às 19h11min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 38/14. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PLC 42/14, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 32/15.
4 - JOÃO PAULO RILLO Anuncia que fará declaração de voto por escrito, em nome do PT.
5 - CORONEL CAMILO Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação dos projetos. Enaltece a importância do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Acrescenta que a medida deve promover a manutenção da qualidade da instituição.
6 - CORONEL TELHADDA Para comunicação, faz coro ao pronunciamento do deputado Coronel Camilo. Ressalta a relevância da Justiça Militar no sentido de conservar a honradez, a disciplina e o aperfeiçoamento dos profissionais militares.
7 - CORONEL CAMILO Para comunicação, agradece ao governador Geraldo Alckmin e ao deputado Cauê Macris pelo apoio dado à causa.
8 - CORONEL TELHADDA Para comunicação, corrobora o discurso do deputado Coronel Camilo.
9 - ABELARDO CAMARINHA Para comunicação, tece considerações a respeito da quantidade de Tribunais Militares, no País.
10 - PRESIDENTE GILENO GOMES Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gileno Gomes.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 03 minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, esta Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado João Paulo Rillo e suspende a sessão por 03 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 06 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 11 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 38, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a transformação e a extinção dos cargos de Agente Administrativo Judiciário do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 48, inciso X, da Constituição Federal e artigo 19, III, da Constituição do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 147 e 148, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 42, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.120, de 2010. Com Mensagem Aditiva Substitutiva. Pareceres nºs 1262 e 1263, de 2015, respectivamente, favoráveis à Mensagem Aditiva Substitutiva.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto.

Item 3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2015, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a transformação de cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado. Pareceres nºs 1298 e 1299, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, quero registrar que eu vou entregar, no momento oportuno, uma declaração de voto por escrito.

Muito obrigado.